

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER – PODER E GERAÇÕES SOCIAIS

JACQUELINE MARY SOARES DE OLIVEIRA

Mestra em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, gênero e feminismos pela Universidade Federal da Bahia/ UFBA. Graduada em Serviço Social e docente na Universidade Salvador/UNIFACS. jacqueline.soares@ig.com.br

RESUMO: O artigo tem como objetivo apresentar a narrativa de homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher a partir de experiências nas relações com seus pares, companheiras e relações familiares, na intenção de perceber se a reprodução da violência doméstica é real e como se constitui a naturalização da violência nos núcleos familiares e sociais. A pesquisa se deu a partir da realização de um grupo focal com a presença de homens egressos da DEAM/Salvador. Os resultados apontam para uma reprodução geracional e social da violência que não se dá apenas no contexto familiar mas também nas relações geracionais contemporâneas.

PALAVRAS-CHAVE: Violência. Poder. Geração.

DOMESTIC AND FAMILY VIOLENCE AGAINST WOMEN - POWER AND SOCIAL GENERATIONS

ABSTRACT: This article aims to present the authors men's account of domestic and family violence against women from experiences in relationships with peers, partners and family relationships, intending to realize the reproduction of domestic violence is real and how It constitutes the naturalization of violence in the family and social centers. The survey took place from conducting a focus group with the presence of men graduates of DEAMs / Salvador. The results point to a generational and social reproduction of violence does not occur only within the family but also in contemporary generational relations.

KEYWORDS: Violence. Power. Generation.

O tema foi adotado, construído e elaborado a partir de trajetórias de vida, na qual a violência doméstica se fez presente em muitos momentos. Essas experiências foram tomadas como ponto de partida para observações e análises, não tratando como uma subjetividade específica, por não ser um privilégio isolado, tendo em vista que esse fato é vivenciado por

muitas mulheres, porém, proporciona a pesquisadora um conhecimento ontológico para realizar uma análise do contexto que será apresentado.

O conhecimento, partindo de experiências individuais que elaboram ideias e análises, pode e deve ser generalizado, isto porque a experiência da violência é universal, muitas mulheres vivenciam contextos similares. Foi a partir das experiências vivenciadas na Vara de Violência, com as mulheres agredidas e com os homens autores de violência, que surgiu o interesse de conhecer a possibilidade da existência de um contexto de naturalização da violência, como se apresenta do ponto de vista subjetivo e relacional - a partir da percepção dos homens que respondiam processo na justiça por violência doméstica e que tinham sido presos em flagrante na Delegacia Especial de Atendimento a Mulher (DEAM).

Dar voz aos autores é substancialmente necessário para o aprofundamento do debate acerca do fenômeno e pela necessidade de trazer para o centro da atenção os principais responsáveis pela violência contra a mulher, os homens. Neste sentido, o trabalho traz a possibilidade da participação destes homens como sujeitos ativos do processo e não apenas como coadjuvantes.

DA NOÇÃO DE PATRIARCADO ÀS RELAÇÕES DE GÊNERO.

É necessário apontar o quanto ainda temos que caminhar para a desconstrução de paradigmas patriarcais que sustentam, ainda hoje, as bases das instituições sociais tais como: Estado, família, Igreja, escola, sociedade. Cabendo apontar aqui que a lógica do patriarcado consiste em “um sistema sexual de poder, como a organização hierárquica masculina da sociedade que se perpetua através do matrimônio, da família e da divisão sexual do trabalho” (COSTA, 1998, p. 30). Deve-se levar em consideração que esta base ideológica também é pautada na autoridade e dominação, como já esclarecia Max Weber (1975)¹, constitui-se como uma forma de legitimação da autoridade. Neste sentido, o patriarcado se mantém como mola propulsora das relações socialmente estabelecidas, que fomentam a desigualdade, a subordinação. Sobre isto, Saint-Pierre (2004, p.111) pontua que “[...] pelo ato de legitimação da dominação, os elementos da organização ficam divididos em duas classes claramente distinguíveis: de um lado o dominador ou a autoridade, de outro a massa de dominados”. Contudo, é importante dizer que, como parto do pressuposto de que as diferenças

¹ Max Weber (1975), em “Teoria da Dominação”, concebe a dominação como oportunidade de encontrar uma pessoa ou grupo de pessoas que estejam prontas a obedecer, pois a dominação se faz necessária para manter em ordem a sociedade.

estabelecidas são relacionais, é importante identificar como se institucionalizam as relações sociais “generificadas” (MEDRADO; LIRA, 2008, p. 820) orientadas pelas desigualdades de gênero.

Para tanto, tem-se o patriarcado como uma das mais antigas formas de dominação, a tradicional, quando é aceita em nome da tradição e dos níveis de hierarquia, em que o exercício da autoridade se dá através, por exemplo, do comando do pai aos filhos, do homem à mulher. Acordos milenarmente instituídos na lógica dos costumes e tradições.

Cabe esclarecer que o sentido da categoria patriarcado, instituído de forma fechada, enquadrando o diverso/antagônico em um mesmo modelo, não contempla as várias especificidades societárias, portanto, é pertinente compreender o patriarcado no sentido de dominação atribuído em termos de probabilidade, conforme Weber (1975 apud SAINT PIERRE, 2004, p. 114), “há probabilidade de encontrar obediência dentro de um grupo determinado para ordens específicas”. Saint-Pierre continua ponderando que (2004, p. 114) “exercer o poder exige submissão dos dominados às ordens do dominante e pretende que essa submissão seja voluntária”.

Neste sentido, ousou dizer que o voluntariado para a submissão trata-se de uma construção processual da dependência, da consciência dominada pelas ideologias e, portanto, trata-se de uma consciência alienada – no campo das identidades subjetivas (SCOTT, 1995, p.16). Assim, não existe interesse em obedecer, existe a intenção de ser obedecido. Neste caso, o dominador deixa de ser um sujeito involuntário, como aponta Weber (1975). E a submissão torna-se involuntária devido ao processo de naturalização dos papéis de gênero

O contexto ora apresentado acerca dos laços entre dominados e dominadores reflete a realidade posta nas instituições sociais, políticas e econômicas das sociedades que comungam com posturas patriarcais (no sentido léxico da palavra), regidas pelas flutuações de domínio e poder que fomentam as relações de desigualdade e de violência. Contudo, Joan Scott (1995), quando discute o contexto das construções históricas acerca das relações sociais, apresenta aspectos para a discussão sobre a noção de relações de gênero que, neste estudo, tende a substituir a categoria patriarcado, anteriormente abordada, justamente pela não possibilidade de fixidez dada à sua noção,

O objetivo da nova pesquisa histórica é explodir a noção de fixidez, descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva à aparência de uma permanência eterna na representação binária dos gêneros. Esse tipo de análise tem que incluir uma noção do político, tanto quanto uma referência às instituições e organizações sociais. (SCOTT, 1995, p. 15)

Dito isto, nota-se que dominados e dominadores são construções também políticas, que necessitam da continuidade das representações socialmente construídas para sua permanência e perpetuação. São relações constitutivas de poder.

Vivenciamos, nos últimos tempos, momentos de flagelos sociais, dos quais emanam contextos cada dia mais perversos de desigualdades. Cabe refletir de que forma as relações são dimensionadas num patamar tão contundente de subordinação e dominação. Miriam Grossi (1998) sinaliza como um dos pontos de incômodo no debate acerca das relações patriarcais como determinante da violência contra a mulher, o viés essencialista que se estabelece na visão patriarcal que tende a naturalizar a subordinação das mulheres tornando, assim, o posicionamento dos homens em relação a elas, modelo necessário à perpetuação dos costumes e, conseqüentemente, à violência um modelo universal.

Pode-se perceber o segundo aspecto sinalizado por Scott na sua noção sobre gênero, ao concebê-lo como:

[...] conceitos normativos que colocam em evidência interpretações do sentido dos símbolos que tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas. Esses conceitos são expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tipicamente tomam a forma de uma oposição binária que afirma de forma categórica e sem equívoco o sentido do masculino e do feminino. (SCOTT, 1995. p.15)

Nesta perspectiva, verifica-se a importância de agregar à noção de patriarcado a discussão da categoria gênero, tendo em vista as flutuações sócio-históricas, as relações estabelecidas socialmente e, portanto, a diversidade dos sujeitos relacionais, entendendo que as relações não são uníssonas e que o patriarcado, como categoria analítica, pode dissociar as variações relacionais nos diversos modelos/formas e padrões societários. Para tanto, cabe refletir, a partir do entendimento da análise categórica das relações patriarcais de gênero.

Gênero se constrói numa contraposição ao determinismo biológico, que tende a ratificar o lugar de submissão da mulher na sociedade. Na noção de gênero, os papéis sexuais são criações humanas para naturalizar o corpo físico, tendo este como *locus* de produção, onde se elabora socialmente significações. No entanto, é pertinente salientar que ninguém lida com o corpo apenas biologicamente, tudo em torno dele é vivenciado social, cultural e politicamente. O gênero surge como categoria chave na tentativa de mostrar como a construção sexual está equivocada, pois a noção de gênero permite explicar a construção

social mediada por relações. A principal questão dos estudos de gênero é, portanto, a forma como as construções sociais ocorrem, ou seja, o gênero surge como categoria chave para compreender como as relações são pautadas em símbolos de poder e submissão (SCOTT, 1995)

Os conceitos e/ou categorias que surgirão neste estudo levarão em conta o que, segundo Saffiotti (2012 p. 103), podemos considerar como “[...] diferenças de grau no domínio exercido por homens sobre (ou contra) mulheres. A natureza do fenômeno, entretanto, é a mesma. Apresenta a legitimidade que lhe atribui sua naturalização”. Por conta disto, é necessário ter cuidado em não apresentar conceitos rígidos. Essa fixidez dos conceitos deve ser rompida, sendo necessário providenciar novas formulações de ideias, tendo em vista que os fatos estão acontecendo e que necessitam ser reformulados a partir da fluidez das relações. Neste sentido, as relações patriarcais de gênero permitem pensar as interconexões entre racismo e sexismo. A ideia de gênero como sistema de relações permite pensar as relações de gênero interagindo com outros sistemas, inclusive pensar os homens sendo construídos por essa lógica, não apenas como construtores da lógica, mas como construídos por ela.

A noção de gênero ainda traz ganhos políticos para coletivos de mulheres, tendo em vista o significado político que o conceito traz para as estratégias de conversão da diferença entre os sexos, desse sistema de exploração-dominação que culminou na naturalização da violência contra a mulher, tida como algo necessário para a perpetuação dos modelos historicamente constituídos de relações. Nesta lógica, cabe direcionar para como essas masculinidades são constituídas na contemporaneidade.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

Delineando o estudo no que concerne aos procedimentos, a pesquisa teve cunho, também, bibliográfico. Salientando que a busca por referenciais teóricos é a base para o aprofundamento técnico e metodológico da temática, sabendo que todo conhecimento é passível de refutação e, portanto, nenhum é absoluto e único. A revisão bibliográfica permeia todo o processo de construção do conhecimento e proporciona a ampliação de outras perspectivas críticas.

Para a realização do estudo foi utilizado como instrumento para a coleta de dados o grupo focal com homens autores de violência. A amostra consistiu em 8 (oito) homens recém-libertados da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher – DEAM, de Brotas, no período de março a julho de 2012. Cabe salientar que a formação do grupo focal teve a contribuição da Juíza da Vara de Violência Doméstica, que possibilitou o acesso destes homens ao grupo, através da convocação de participação como procedimento processual, entendendo que a não convocação esvaziaria o grupo, já que muitos desses homens não têm interesse em participar espontaneamente dos encontros.

O grupo focal teve como proposta inicial recolher as experiências de vida dos homens, desde a mais tenra memória, de modo a resgatar todas as lembranças relativas aos mais diversos modelos relacionais, dos pais, irmãos e relações amorosas. A partir daí, surgia a possibilidade de sugerir novas variáveis, questões e processos que poderiam conduzir a uma nova discussão sobre o tema. A dinâmica de troca proporcionou a percepção de linguagens distintas, tais como, a leitura do corpo, dos gestos, das falas e da interpretação destas.

Por esta razão, pode-se pensar em uma abertura epistemológica, que não esteja enquadrada em definições instituídas que comandam as condições de observação. A liberdade das observações permitiu o trânsito a uma construção científica livre e independente de qualquer modelo ou método científico fechado. Feyerabend (2011, p.123) corrobora esta perspectiva dizendo que “existem padrões, mas eles surgem do próprio processo da pesquisa, e não da visão abstrata de racionalidade”. Isso porque a classificação do mundo social refere-se a fundamentos sociais, formas de categorização que são produtos de determinadas práticas sociais.

Talvez a tendência à categorização tenha sido a grande limitação quanto ao aprofundamento do trabalho, o confronto com concepções preestabelecidas da pesquisadora e do sujeito da pesquisa. Por isso, concordo com o entendimento de Donna Haraway sobre os saberes localizados, segundo a qual “precisamos do poder das teorias críticas modernas sobre como significados e corpos são construídos, não para negar significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham a possibilidade de um futuro”. (HARAWAY, 1995, p.16).

Com relação à abordagem metodológica, no que tange à descrição e a explicação do problema, a pesquisa tem cunho qualitativo, pois trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões e adequa-se ao aprofundamento da complexidade de fatos e processos particulares e específicos a indivíduos e grupos. Lança mão de técnicas de

Salvador, ano 15, número 2, p. 127-147, jul./dez.

observação, explorando a análise de conteúdo das falas dos indivíduos pesquisados. As informações recolhidas proporcionam uma abordagem descritivo-analítica: nessa perspectiva, além da descrição, ocorre uma preocupação com a identificação dos fatores que incidem sobre o sujeito, favorecendo ou obstando a reprodução de representações simbólicas.

Os encontros proporcionaram a observação assistemática na tentativa de fazer uma abordagem comparativa entre as diversas falas dos homens, com a finalidade de perceber contradições e pontos de confluência. Maria Hassen (2002, p. 161) salienta que “através do grupo focal será possível fazer o confronto entre as ideias dos participantes bem como perceber as concordâncias”, permitindo um enquadramento teórico-prático das práticas discursivas e representativas deste grupo

HISTÓRIAS CONTADAS POR ELES SOBRE ELES – O GRUPO FOCAL

O grupo focal foi realizado em seis encontros com a presença de nove homens. Aos homens foram dados nomes relacionados a elementos da natureza, conforme já mencionado, com a intenção de que a autoidentificação do grupo fosse dimensionada por sentidos e sensações atribuídos socialmente às mulheres. O intuito desta proposta foi observar como os homens se sentiam sendo identificados como elementos ditos “femininos”.

A técnica, a priori, causou, logo no primeiro encontro, desconforto entre os participantes. Apresentarei a seguir quem foram os sujeitos da pesquisa para, a posteriori, discutir sobre os dados e as categorias principais levantadas para o debate teórico nesta proposta. Cabe enfatizar que tais categorias foram selecionadas tendo em vista a saturação de dados coletados durante o grupo.

A formação do grupo se deu através de convite emitido pela Vara de Violência Doméstica, feito pela psicóloga do órgão com o aval da Juíza titular, aos homens presos em flagrante ou preventivamente, recém-liberados da prisão. Cabe apontar que a participação da psicóloga se deu para a identificação dos possíveis sujeitos, e quem poderia, institucionalmente, fazer o convite formal para a participação no grupo. O convite foi feito para 15 homens, porém, apenas 9 efetivamente participaram dos encontros.

O direcionamento dado à pesquisa se deu a partir de eixos fundantes para pensar a trajetória e experiências dos sujeitos: (i) a socialização no contexto familiar; (ii) socialização a

partir da escolarização/profissionalização; (iii) relações afetivas conjugais e (iv) as vivências com a violência. Neste sentido, pode-se perceber o nexos causal existente entre as trajetórias/experiências com a reprodução da violência doméstica. Como se posicionar diante do mundo, que questões estão movendo estes sujeitos, sabendo-se que a vida é um conjunto de relações sociais que só se explicam atravessadas por outras relações sociais.

Cabe apontar que os homens que participaram do grupo são oriundos de comunidades periféricas da cidade de Salvador, Subúrbio Ferroviário, Cajazeiras, Fazenda Grande, Cabula entre outros. E como apresentado na Tabela 1, exercem funções que não necessitam de uma qualificação especializada, em nível de graduação. A escolha por esses homens se deu de forma aleatória, sem intenção de categorizar os homens autores de violência (HAV) por classes sociais, tendo em vista que é sabido que a violência doméstica é uma problemática que atinge a todas as camadas sociais.

No entanto, far-se-á necessário apontar para uma discussão acerca das dimensões interseccionais classe/raça/gênero/geração, tendo em vista que, a posteriori, em outros estudos, será pertinente sinalizar as especificidades que não são contempladas por políticas públicas, justamente por serem especificidades. A própria apresentação dos grupos focais já direciona para isto: a invisibilidade dada aos agressores oriundos de classes sociais mais abastadas. Pergunta-se: onde eles estão? Como são vislumbrados e tratados pela justiça e por todo corpo técnico que operacionaliza a própria Lei Maria da Penha?

Retomando o início das atividades com o grupo focal, cabe apresentar as primeiras observações e considerações feitas no diário de campo, direcionado ao grupo.

Iniciou-se hoje, 08 de maio 2013, o primeiro encontro com o grupo focal com homens autores de violência doméstica. Apresentaram-se 4 homens que foram indicados pela equipe da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Salvador/Ba. Aparentemente receosos, esta é a primeira impressão que tenho dos homens. Falando pouco e nos olhando com desconfiança. O primeiro encontro foi permeado de dúvidas e muitos questionamentos por parte dos homens, para o que estavam fazendo aqui, já que já tinham sido presos. Alguns deixam claro seu entendimento com relação àquela proposta, que ficou subjetivado como uma ação punitiva e não como uma pesquisa propriamente dita. Alguns relataram inclusive que a prisão já ‘pagaria’ o fato de ter ‘batido’ nas respectivas mulheres, e por conta disto não precisavam voltar a cumprir outra pena qualquer. [...] eles tentam o tempo todo se mostrar homens de bem. Neste primeiro encontro estou percebendo que eles estão extremamente receosos do que vão dizer e a dúvida sobre o que estão fazendo ali. Em suma, estão com medo.

Essa observação remete ao sentido da punição para tais homens, como os efeitos da punição atravessam as trajetórias e vivências dos homens autores de violência. Cabe apontar

Revista Diálogos Possíveis,
2016.

Salvador, ano 15, número 2, p. 127-147, jul./dez.

que o sentido de punição está muito ligado à própria noção de poder. A interrelação estabelecida nessa completude poder/punição, transversaliza todo tempo as relações dos sujeitos da pesquisa. Os modos e modelos de dominação estabelecidos nas trajetórias desses homens normatizam as suas masculinidades. Os discursos a todo tempo se apresentam sob um esquema de poder/submissão, poder/punição. Portanto, as subjetividades dos indivíduos não são independentes do contexto no qual estão inseridos.

A propósito da forma de como iriam ser identificados, também ficou claro como as representações das masculinidades estão impregnadas de concepções conservadoras, podendo então remeter às masculinidades hegemônicas. Foi solicitado que escolhessem nomes que os identificassem no grupo focal, nomes relacionados aos elementos da natureza. Sobre isto, tivemos algumas objeções representadas nas falas de alguns, tais como: “Só Jesus na causa” (Terra, 45 anos) e “Esse negócio de mulher não quero não” (Praia, 25 anos). Apesar de se mostrarem incomodados com a ideia de serem chamados e identificados com nomes femininos, seguiram todo o grupo sendo identificados dessa forma.

Para melhor compreender o contexto de violência na vida desses homens, busquei fazer uma retrospectiva de vida a partir de um breve relato do contexto histórico familiar dos principais participantes do grupo. Apresentarei as histórias dos 7 homens que participaram mais efetivamente do grupo focal, tendo em vista que dois não tiveram participação suficiente nos encontros.

ROSA - Criado apenas pela mãe. Até onde a memória alcança, não tem lembrança do pai, que foi embora de casa ainda quando este era criança. As lembranças do pai são referendadas pelos relatos da mãe. Segundo filho de dois, único homem. Ficou responsável pela irmã muito cedo, apesar de ser o mais novo, assumiu a responsabilidade de segurança e vigilância sobre a irmã mais velha. A mãe dizia que ele era o homem da casa e, por isso, teve que trabalhar cedo para ajudar na criação da irmã. Os proventos da família advinham do trabalho da mãe como lavadeira e dele, que ia todo dia ao supermercado do bairro, carregar compras em troca de “alguns trocados” para levar. Relata que passou por muitos momentos de necessidade com a mãe e a irmã, porém, nunca fez nada de errado porque temia a mãe, não queria decepcioná-la. Lembra que foi uma criança muito feliz, costumava brincar na rua com os amigos e sempre com a irmã.

Sobre a mãe, relata que esta nunca teve outro homem, sempre se dedicou à família e ao sustento da mesma. Não tem lembrança de momentos de violência em casa, porque não

tem lembrança da convivência da mãe com o pai. Não sabe se a mãe sofreu violência porque esta nunca relatou isto para eles, apenas dizia que o pai saiu de casa e nunca mais voltou. Nunca se interessou em saber quem era o pai ou onde estava. Segundo Rosa, “mesmo porque não tínhamos pai”. “Se ele abandonou porque vou atrás?”

Nunca namorou sério. Se dizia “pegador”. Não se prendia a ninguém. Conheceu sua esposa com 17 anos de idade. Desde então vive com ela. Teve dois filhos (casal), hoje já adultos. As relações anteriores sempre foram passageiras. Sobre a violência cometida, relata que foi violência moral, que sempre acontecia quando ele bebia. Repetiram-se várias vezes, porém a mulher nunca aceitou, sempre rebateu a violência até o dia que prestou queixa e pediu para que ele saísse de casa.

Afirmava repetidamente que se arrependeu e que estava mudado. Essas observações foram tiradas a partir do comportamento dentro do grupo, sempre querendo falar, contradizendo outros colegas que apresentavam relatos que corroboravam a violência como justificativa de possíveis erros de suas companheiras.

LUA - Criado por mãe e pai, era o filho mais velho de dois, possuía uma irmã. Relata que o pai era um homem muito conservador e autoritário. Foi criado com muita rigidez e, desde novo, foi obrigado a trabalhar. Lembra que o pai direcionava mais atenção à sua irmã caçula. Não se lembra de ter tido momentos de carinho com o pai. Confessa que tinha inveja da irmã por conta da sua relação com o pai, que direcionava mais atenção à filha caçula e única mulher.

Estudou pouco porque seu pai dizia que homem tinha que trabalhar. Para ter qualquer coisa tinha que trabalhar, pois, o pai nunca lhe deu nada, além do estritamente necessário, casa e comida. Relata que teve poucas namoradas, aquelas com quem se relacionou duraram muito tempo. Diz que sempre foi dedicado. Seguiu os ensinamentos do pai. O homem tem que prover a casa, cuidar da mulher e dos filhos. De uma de suas relações teve um filho e, apesar de não conviver com ele, dedica toda atenção ao filho.

Não se lembra de histórico de violência na família. Acredita que a mãe não sofria com o pai, nunca presenciou brigas entre os dois. Só sabia que os pais estavam brigados porque via a mãe chorando pelos cantos da casa.

PRAIA - Criado por mãe e pai. Tem seis irmãos. Todos estudaram e hoje estão vivendo bem, trabalham e têm suas famílias. Lembra que o pai batia muito nele porque costumava fugir da escola. Começou a beber muito cedo e a usar drogas, mas não ficou viciado. Não gostava de estudar, chegou a abandonar a escola. Não se profissionalizou porque só queria saber de farra, festas, mulheres e bebidas. Sobre a mãe, relata que sempre foi uma mulher obediente ao pai. A última palavra sempre foi dele (pai). Era comum ver o pai brigar com a mãe. Se não fazia comida, se não arrumava a casa, se não cuidava dos filhos, era motivo para ele reclamar e brigar com ela. Segundo Praia, as brigas dos pais eram coisas do dia a dia, comum em qualquer casal. O pai sempre foi autoritário. Batia muito nos filhos. Contudo, não informou sobre brigas com violência física. O que se apresenta são outras formas de violência que, em muitos casos, entre casais e famílias, são vistos como normais em um casamento. Praia vive hoje com uma jovem de 19 anos, já possui dois filhos (casal) e trabalha como ajudante de pedreiro. Não terminou o ensino fundamental.

TERRA - Não teve pai nem mãe, foi criado na roça por uma família adotiva (informalmente), que fazia dele empregado. Não tem conhecimento de irmãos ou qualquer familiar consanguíneo. Não concluiu nem o ensino fundamental. Sempre trabalhou na roça, relatando, inclusive, que se enxergava como um trabalhador escravo. Abandonou tudo e todos no interior e veio para Salvador. Saiu fugido porque sabia que os pais não iriam permitir. Terra não possui nenhuma referência de carinho e respeito, conforme seus relatos. Não teve condições de frequentar escola porque seu dia a dia era apenas para o trabalho na roça.

Chegando em Salvador, passou a trabalhar como ajudante de pedreiro. Teve poucas namoradas. A vida foi para trabalho. Conviveu por mais tempo com a ex-companheira (vítima) e a atual companheira. É incisivo em dizer que sofreu muito. Era tratado como escravo pelas pessoas que o criaram. Não conheceu pai nem mãe. Mas nunca matou uma formiga.

BRISA - Foi criado pela mãe. O pai abandonou a família quando ele ainda era criança. A mãe criou sozinha 8 filhos. Guarda ressentimento do pai por tê-los abandonado. Estudou pouco porque tinha que trabalhar para ajudar a mãe na criação dos irmãos. Hoje trabalha como pedreiro, na própria empresa de prestação de serviço de mão de obra operária.

Teve muitas “mulheres”. Casou-se com a mãe de dois de seus filhos (a vítima da violência). Possui um filho mais velho, fruto de outra relação, com o qual não tem aproximação, pois mora em outra cidade com a mãe. Segundo Brisa, não procura o filho porque houve um afastamento depois da separação da primeira esposa. Percebe-se que, nesta relação, ele reproduz exatamente o que o pai dele fez, não procurou mais os filhos. Não tem laços de proximidade afetuosa com os filhos. Sempre se manteve afastado. Confirma que era muito fechado, porém, nunca bateu em mulher nenhuma. Informa que quando chegava em casa só queria encontrar as coisas prontas. E, muitas vezes, a mãe dos filhos não fazia.

Da relação com a esposa, relata que esta era extremamente ciumenta e que foi isso que incitou a violência, tendo em vista que, por conta de uma conversa via internet, a mulher ficou com ciúmes e quebrou o teclado do computador. Então, ele pegou um facão e deu uma “surra” nela.

SERENA - Criado com pai e mãe. A relação dos dois sempre foi de respeito. Nunca presenciou cenas de violência. Concluiu o ensino médio. Entrou para a polícia militar, como cadete. Passou 2 anos na polícia militar. Hoje trabalha com informática. Diz-se um homem sossegado. Antes do casamento era muito “galinha”. Depois que casou deixou a vida “pregressa”. Nunca vivenciou momentos de violência com mulher nenhuma.

Serena informa que a situação de violência se deu por conta dos ciúmes da esposa. Ela não permitia que ele saísse para lugar algum sem sua presença e, em uma das discussões, houve a agressão (ele empurrou a esposa). Como esta tinha um aporte familiar forte, foi orientada a prestar queixa. Serena ainda informa que a esposa já voltou para ele.

FLOR - Criado com pai e mãe. Informa que as brigas dos pais sempre foram brigas normais de casais. Estudou pouco porque tinha que trabalhar. Nunca foi mulherengo. Estava casado há 16 anos com a ex-esposa e possui 2 filhos com ela. Considera-se um homem sossegado. As brigas que tinham eram normais. Nunca bateu em mulher nenhuma. Apenas não aceitava provocações, se “ela xingava eu tinha que xingar também”. E foi um momento destes que gerou a queixa. Segundo Flor, quem orientou a esposa a ir prestar queixa foram os parentes dela, que moravam perto do casal.

Flor relata que a esposa solicitou que ele fizesse alguma coisa dentro de casa e ele não fez, por este motivo ela começou a xingá-lo, foi quando ele começou a desferir xingamentos

contra ela também. Os parentes dela ouviram e aconselharam a mesma a prestar queixa. Depois do episódio, o casal se separou e, conforme Flor, não tem mais intenção de retornar com a ex-esposa, tendo em vista que ele ficou preso, e que nunca tinha ocorrido fato desta natureza com ele.

O QUE AS HISTÓRIAS DIZEM – UMA ANÁLISE DOS RELATOS

A constituição do sujeito se dá a partir de um conjunto de ocorrências determinantes na sua formação. As experiências serão analisadas não como simples vivências, mas como impulsionadoras do contexto relacional estabelecido com novos pares. As experiências e trajetórias de vida se atravessam dimensionalmente, proporcionando um olhar sobre como os fatos se conectam em forma de ciclo.

O grupo focal foi composto por homens maduros (entre 35 a 49 anos), em sua maioria, tendo apenas dois integrantes com apenas 22 e 25 anos de idade. Dentro desse universo, é interessante perceber a complexidade de atitudes forjadas no sentido de dissuadir qualquer impressão de que eles são homens violentos. O único integrante que reconhece/admitiu seu comportamento violento foi Praia (25 anos). Em momento nenhum apresenta sinais de arrependimento. Relata que a relação com a sogra nunca foi boa, que ela insistia em se meter na vida dele com sua companheira (filha da mesma). Os relatos de Praia (25 anos) para o grupo foram muito contundentes sobre a violência. É interessante apresentar algumas falas para esclarecer a sequência das análises que virão.

Quando perguntados sobre como era a relação dos pais, que eles descrevessem até onde a lembrança podia chegar, Praia informa o seguinte:

Meus pais são casados até hoje. Eles sempre brigaram. Aquelas brigas normais de casal. Meu pai sempre foi muito mulherengo e minha mãe sabia disto. Ela nunca se importou. Quando ela chateava ele em casa, ele saía e arrumava outras na rua. Tinha períodos que ele passava dias fora de casa. O que é que ela vai dizer, né? Tá no sangue. Homem é assim mesmo. E eu puxei a meu pai.

Percebe-se nessa fala a naturalização da hierarquização das relações conjugais. E, concomitantemente, a invisibilidade da violência doméstica. Os sujeitos em suas trajetórias

não se apercebem que a violência está determinando o formato de suas vidas. Outros relatos desse devem ser apontados ainda,

[...] minha mãe sempre cuidou da casa e dos filhos. Ela sempre me disse que eu tinha que trabalhar para cuidar da mulher e dos filhos. E que a mulher tem que ficar em casa para educar os filhos e cuidar da casa. Com ela foi assim. Por que com minha mulher vai ser diferente? (Praia, 25 anos)

Um momento de impulsividade me tomou neste momento e pergunto a Praia: “Você acha que sua mãe não sofria com isto? Tomar conta da casa, lavar, passar, cozinhar e tomar conta dos filhos, enquanto seu pai estava na rua com outras mulheres? E ela sabendo de tudo isto?” Também, impulsivamente, Praia responde com uma pergunta: “A senhora tá querendo dizer que minha santa mãezinha mentiu para mim?”. A resposta através da pergunta, e as significações existentes por trás de como a pergunta foi formulada, remete à compreensão de como os costumes e verdades são transmitidas através das relações de poder existentes no âmbito familiar. Faz-se necessário pontuar, inclusive, como a simbologia SANTA foi utilizada na perspectiva de referendar uma submissão que é santificada. A mãe nunca disse nada de verdade ou não verdade, sua conduta de submissão ratificou o lugar de permissividade, aceitação e normalização das posturas submissas. Para relembrar tal fato, cabe apontar outra fala do participante do grupo: “Minha mãe é muito pirracenta” (PRAIA, 25 anos) ou ainda, do mesmo autor: “Ele trai ela mesmo, ele vai buscar na rua o que não acha em casa. E aí ela vai fazer o que né?”

A violência apesar de ter sido cometida contra a sogra, Praia apresenta em seus relatos posicionamentos que deixa claro que a companheira passa por situações que podem ser consideradas como violência, tais como: vigilância sobre os lugares que frequenta, a obrigatoriedade que lhe é passada para as “obrigações” domésticas e com os filhos, o afastamento da mãe e parentes. A postura autoritária que estabelece na relação é evidente em todas as falas de Praia.

Na mesma linha de análise se encontra o relato de Lua. Foi criado com pai e mãe, casados e que, aparentemente, viviam bem. Seu pai sempre foi um homem muito duro, insensível muitas vezes, conforme já mencionado. Mas é interessante apontar que durante todo o relato ele não falou da mãe. Toda sua oratória estava direcionada à sua relação com o pai, que era o provedor, que era o responsável, trabalhador, ídolo. Em nenhum momento ele

apresentou a mãe. Só versou sobre a mesma quando foi perguntado. O fato pode levantar uma reflexão acerca da ausência simbólica dessa figura na história de sua vida.

Um dos fatos que chamou atenção na elaboração das vidas destes sujeitos foi a relação que estabeleceram com suas mães. Apesar de apresentarem posicionamentos de revolta às violências que estas sofreram com os pais, apresentaram a figura destes, sempre em primeiro plano. Os relatos sobre as mães remontam a invisibilidade, a suposta altivez dos pais foi o que simbolicamente ficou registrado em suas memórias.

Rosa e Terra tiveram a ausência parcial e total das figuras paternas e materna, respectivamente. Viveram a infância e adolescência centradas no trabalho como forma de contribuir para a subsistência. Não tiveram muitas informações acerca das relações dos respectivos pais.

Os relatos foram os mais diversos possíveis, passando por categorias que aqui não cabe apresentar, tendo em vista o tempo para discorrer sobre todas. As que foram mais sinalizadas nas discussões foram: traição, corpo, família, responsabilidade, mulher ideal, obrigações domésticas, violência, prisão, punição. As que ficaram no campo da abstração foram: vitimização, poder, culpabilização. “Ela me bateu primeiro e eu revidei”. (Lua 1); “Tem um bocado de mulher que fica incentivando o homem bater”.(Lua). Algumas pontuações nos levam a reavaliar como as simbólicas motivações para a violência ainda se sustentam na sociedade.

Por eles, algumas motivações para a violência: “Chego em casa e encontro tudo fora do lugar, os meninos sujados, a comida sem fazer” (Praia); “Ela tem a mania de ficar nas portas dos outros conversando, esquecendo que tem coisa em casa para fazer... aí quando chego em casa não encontro o jantar feito”(Lua). Ainda do discurso de Lua, ele prossegue dizendo: “Os homens não estão aceitando essa mudança da mulher, dela trabalhar, dela estar administrando empresas, sendo chefe, mandando mais...”. Nessa última colocação, percebe-se Lua falando de cabeça baixa, em uma posição significativa de submissão, representativo de uma referência ao poder. Com os ombros caídos, Lua evidencia que esse poder recai como um “peso nos ombros”. A seguir, apresentarei algumas falas que é interessante deixar registradas.

Sobre traição, eles dizem o seguinte: “A mulher diz ...se você me dar um corno eu te dou dois.... A mulher antigamente temia os homens até por dar o direito do homem matar a mulher por traição ou defesa da honra, ela temia, mas hoje ela não teme mais. A mulher sacaneia o cara”. (Rosa, 48 anos). Outra fala contundente é a seguinte:

A mulher só quer saber de pagodar, de estar no barzinho bebendo, não...não que eu seja contra, mas hoje se vê muitos grupinhos de mulheres em bar bebendo, isto é fato, hoje bebem mais do que os homens, traem mais do que os homens...é por isto que é difícil a convivência entre homem e mulher... [...] tem que ter um equilíbrio da parte dos dois. Você encontrar uma pessoa perfeita, do jeito que você quer?... Não existe mulher perfeita. (Lua, 25 anos).

A discussão sobre traição surgiu exatamente no momento em que se debatia se existiam “motivações” para a violência. Cabe salientar que o termo “motivações” surgiu do próprio grupo. Portanto, percebe-se como o corpo feminino ainda está aprisionado, ou seja, é propriedade do outro. E esse pertencimento nega as subjetividades da mulher, invisibiliza o contexto emocional da mulher e reafirma seu corpo como locus de exercício de prazer sexual para o homem.

RESULTADOS E CATEGORIA DE ANÁLISE

Nos encontros realizados com o grupo focal, obtivemos algumas categorias de análise que darão subsídios para o entendimento da relação milenarmente estabelecida entre homens e violência contra as mulheres, e como esta violência é perpetuada nas suas relações familiares. Durante o processo, algumas situações foram percebidas, uma delas, e que se torna recorrente em boa parte dos encontros, é a relação estabelecida entre esses homens e o entendimento que têm sobre a importância da família e como esta se constitui para o estabelecimento da “moral” e dos ditos e ainda contundentes “bons costumes”. A representação fechada, formal e intransponível da família, de suas normas e valores morais é o que rege as condutas de tais homens.

O aspecto que chama atenção sobre o contexto familiar desses homens, a priori, é a relação estabelecida entre seus pais. Entre os que foram criados com pai e mãe, os que foram criados apenas pela mãe (não conheceram o pai) e os que não foram criados pelos pais, encontra-se a relação conflituosa dos pais. Nas falas daqueles que vivenciaram a relação familiar com os pais, fica clara a relação de submissão estabelecida da mãe em relação ao pai, como foi apresentado na primeira parte deste trabalho. Para os homens, ser chefe de família representa muito mais que ser o provedor financeiro, cabe a ele também, a responsabilidade de vigiar os comportamentos que não correspondem à disciplina e à moral apreendidos pela influência patriarcal oriunda da tradição familiar e muitas vezes religiosa.

Retomando o contexto de vida dos HAV deste estudo, cabe lembrar o que foi posto pelo participante Brisa, que remete a uma mãe invisibilizada pela austeridade do pai: “nunca vi meus pais brigando, mas sabia que estavam brigados porque ela ficava chorando pelos cantos”. E a figura da mãe de Brisa não apareceu no contexto do grupo, “eu ficava mais com meu pai, porque ele ficava na rua, não deixava faltar nada em casa”. Por conta do histórico familiar, Brisa se apresenta como um homem ainda com percepções machistas, a mulher precisa cuidar da casa, não aceita que mulher divida conta com ele, precisa estar “cheirosa” quando ele chegar do trabalho, e se possível, não deve trabalhar. Quando se refere à mãe, relata: “Minha mãe era muito pirracenta”, aludindo ao motivo pelo qual os pais brigavam, geralmente, porque a mãe não fazia o que o pai solicitava.

A representação do pai de Terra é do homem “pegador”, tal qual o filho se tornou, “o homem pode fazer isso, está na carne, no sangue. O que eu posso fazer?” e mais, “... A agressividade é um comportamento natural do homem. Meu pai sempre foi assim e minha mãe nunca reclamou”.

Aqueles que não vivenciaram a experiência da relação com os pais, reproduzem falas e atos da mesma forma conservadora, o que impulsiona a análise de que não se trata apenas da representação de condutas assimiladas durante a vivência com os atores sociais e que proporcionaram a experiência da submissão da mãe ao poder do pai, mas, sobretudo, como essas representações são assimiladas sem a experiência, vivência, mas apreendidas no convívio social.

Neste sentido, percebe-se que a violência se insere em todas as histórias, de presença ou ausência, portanto, a violência doméstica contra a mulher termina por ser representada pelo contexto em que o indivíduo está inserido histórica e socialmente, apesar de distante do cenário familiar. Estamos falando então de experiências de gerações sociais. Para tanto, é necessário entender como se estabelecem as relações entre as gerações e seus tempos sócio-históricos.

A questão geracional não permeia o entendimento de tempos estanques, isolados, separados pelo tempo. O problema das gerações pode ser delimitado pela “não contemporaneidade do contemporâneo” (PINDER apud MANNHEIM, s/d). Os grupos etários diversos vivem o mesmo momento, o mesmo tempo. As experiências são compartilhadas, contudo, como diz Mannheim (s/d) “vivem em eras subjetivas qualitativamente diferentes”, ou seja, o indivíduo social é elaborado a partir da dinâmica dos processos sociais, da possibilidade cíclica das interações com tantas outras histórias sociais.

O homem assume posicionamentos violentos pela consciência da natureza de sua posição na estrutura social, repensada, reestruturada e/ou reproduzida entre as gerações, e essas podem ser contemporaneamente não contemporâneas. O posicionamento que o homem ocupa na estrutura social é subjetivamente determinado para ratificar o sentimento geracional do sujeito “macho” como essencial para preservar a posição do homem na sociedade. Sobre isso, Mannheim (s/d, p. 48) esclarece “que a unidade de gerações é constituída essencialmente por uma semelhança de posição de vários indivíduos dentro de um todo social”. Essa unidade é constituída pela justaposição de gerações etárias diversas, corroborando o fluxo histórico dos indivíduos através das interrelações sociais estabelecidas entre elas.

Ainda reportando à análise de Mannheim, sobre essa interação social entre as distintas gerações,

Se não fosse a existência da interação social entre os seres humanos, se não fosse a estrutura social definível, se não fosse a história que se baseia numa espécie de continuidade, nenhuma geração poderia existir como um fenômeno social localizado; existiriam apenas o nascimento, o envelhecimento e a morte. (MANNHEIM, s/d, p. 56).

O processo geracional implica a reprodução social, as injunções da sociedade e consciência que ela impõe, formando e desenvolvendo relações de desigualdade e de dominação (BALANDIER, 1977). O posicionamento social dos indivíduos e seus contemporâneos ultrapassa os limites do tempo. A questão geracional implica em um posicionamento de identidade social. Para Mannheim “a posição de uma geração é determinada pelo modo como certos modelos de experiência e pensamento tendem a ser trazidos à existência pelos dados naturais da transição de uma geração para outra”. (id., p.137)

A problemática da violência doméstica contra a mulher é a consequência do processo cultural em que os indivíduos estão inseridos, como os modelos de masculinidades tomadas como referência hegemônica e as referências tomadas por gerações sociais contemporâneas. No contexto geracional, enquanto uns se vão outros chegam para a continuidade da transmissão do histórico-cultural, são os novos grupos sociais e etários que compartilham de uma herança. Motta (2002, p. 54) postula que, “como geração, os indivíduos se reconhecem, mas inescapavelmente, como projeção coletiva. E vários grupos se identificam como construtores de cultura ou de mudança política, em determinados momentos históricos”. É a participação na elaboração de um destino comum da conjuntura histórica, política e social que define a possibilidade da transmissão geracional das desigualdades nas relações de gêneros e,

Revista Diálogos Possíveis,
2016.

Salvador, ano 15, número 2, p. 127-147, jul./dez.

portanto, da viabilização da violência doméstica contra a mulher a partir daí.

Sobre a origem das unidades de geração, Mannheim diz que:

[...] a primeira coisa que surpreende ao considerarmos qualquer particular unidade de geração é a grande semelhança de dados que fazem a consciência dos seus membros. Os dados mentais são sociologicamente importantes não só por causa do seu conteúdo real, mas também porque fazem com que os indivíduos que os partilham formem um grupo, tendo assim um efeito socializante. (id., p. 154)

Podemos pensar em uma solidariedade, uma aliança subjetiva entre as gerações que foram formadas a partir das concepções patriarcais de ser e estar no mundo, determinando e hierarquizando as relações sociais, definindo assim o efeito naturalizante da violência que vem assolando os lares, dizimando sujeitos sociais e históricos, tornando a violência uma trajetória comum no dia a dia das sociedades. Zárraga Moreno (1992, p. 26) enuncia a geração como “a determinação do modo de reprodução da sociedade”. Enquanto estivermos reproduzindo atos e posturas, estaremos deixando centelhas para impossibilitar que a violência contra a mulher se apague da história das sociedades mundiais.

O contexto de reprodução geracional de alianças trata-se, portanto, de um arcabouço de sistemas simbólicos e sistemas de interrelações entre as pessoas e os grupos. A representação dos modelos de masculinidade heterossexual, de relações pautadas na subordinação da mulher ao homem, entre tantas outras explicações recorrentes ao poder do macho, são tendências para a categorização das relações sociais e dos indivíduos e, da socialização e qualificação dos modelos de relacionamentos (BALANDIER, 1977). Podemos dizer que as relações sociais são geracionalmente coagidas a permanecerem numa ordem social preestabelecida, por conta da forma de socialização que a sociedade privilegia e legitima.

No contexto de análise apresentado, a família se constitui peça chave para a reprodução de condutas e vicissitudes machistas. Essa instituição milenarmente constituída é um micro sistema na qual as hierarquias da reprodução social são apreendidas e reforçadas. Cabendo apontar, para estudos posteriores, o arsenal religioso que atua como base estruturante dos alicerces familiares contemporaneamente estabelecidos nas famílias, principalmente as das camadas populares.

Baseado nas inquietações apresentadas, uma conclusão pode resultar, que corrobora

com o que Balandier (1977, p. 310) aponta em sua análise:

As sociedades não existem senão mediante hierarquias portadoras de desigualdades e de tensões, mas que as corrige com a abertura de áreas em que a coerção se relaxa, em que as distâncias sociais se desfazem e onde a ‘fraternidade’ mascara o relacionamento hierárquico. Nenhuma formação social pode ser completamente uma sociedade de iguais e muito menos de ‘equivalente’, mas cada uma comporta em si espaços em que se representa o jogo da igualdade, do relacionamento social livre das imposições de ordem – onde todos se comunicam, se realizam ou se expressam, como reivindicações, mediante a definição de novos projetos sociais ou pelo imaginário posto a funcionar.

Nesse contexto, há de se pensar na importância da realização de trabalhos reflexivos e educativos com essa parcela da sociedade civil que, ainda comunga com o ideário de sociedade estruturada pelo poder sócio-histórico do homem. O contexto político do combate à violência contra a mulher e, especificamente, nesse caso, da violência doméstica e familiar contra a mulher é de suma importância para a transformação social das relações estabelecidas entre os indivíduos, não só homens e mulheres, mas também todas as relações dos sujeitos sociais.

A violência deve ser vista como uma construção social e, portanto com uma dimensão relacional, ela se materializa e o Estado necessita ratificar a presença dos homens nos debates acerca da problemática. Isso não é problema apenas das mulheres, é problema essencialmente masculino. O repensar de uma sociedade sem violência precisa ser feito a partir do debate com os homens autores de violência e, vamos além, com os homens de forma geral.

REFERÊNCIAS

BALANDIER, Georges. **Antropo-lógicas**. São Paulo. Cultrix. 1977.

BRASIL, **Lei nº. 11.340**, de 7 de agosto de 2006, (Lei Maria da Penha).

_____. **Lei n. 11.340**. LEI MARIA DA PENHA de 7 de Agosto de 2006.

BRUYNE, P; HERMAN, J; SCHOUTHFETE, M. O polo teórico. In: **Dinâmica da pesquisa social em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

COSTA, Ana Alice Alcântara. A construção do pensamento feminista sobre o “não poder” das mulheres. In: **As donas no poder. Mulher e política na Bahia, Salvador: Coleção Bahianas, 1998.**

FLICK, U, et al. O que é pesquisa qualitativa? In: **Pesquisa qualitativa - um manual.** p. 13-29. Reinbek: Rowohlt, 2000.

GOMES, E.S; BARBOSA E.F. **A técnica de Grupos Focais para Obtenção de dados qualitativos.** Instituto de Pesquisa e Inovações Educacionais. Educativa. 29 de abril de 2013. Disponível em: <<http://www.educativa.org.br>>. Acesso em: 02 mar. 2014.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.5, p.7-42, 1995.

HASSEN, Maria de Nazareth. Grupos Focais de Intervenção no Projeto Sexualidade e reprodução. **Horizontes Antropológicos.** Porto Alegre, ano 8, n. 17, p. 159-177, junho 2002.

MANNHEIM, Karl. **Sociologia do conhecimento.** Porto, Portugal, RES – Editora Zte. [s.d.].

MOTTA, Alda Britto da. Gênero e Geração: de articulação fundante a “mistura indigesta”. In: FERREIRA, Silvia Lucia; NASCIMENTO, Enilda Rosendo (Org). **Imagem da Mulher na Cultura contemporânea.** Salvador: NEIM/UFBA, 2002.

MOTTA, Alda Brito da. Terceira Idade – gênero, classe social e moda teórica. In: COSTA, Ana Alice, ALVES, Ivya Iracema (Org). **Ritos, mitos e fatos.** Salvador: NEIM/FFCH/UFBA.2011

PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (Orgs.). **Masculino, feminino, plural:** gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Mulheres, 1998.

SAINT-PIERRE, Héctor L. **Max Weber:** entre a paixão e a razão. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes.** 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade.** Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995

SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2000.

ZÁRRAGA MORENO, José Luis de. Generaciones y grupos de edad. Consideraciones teóricas. In: **Congresso Español de Sociologia**, 4., sept 1992. Madrid.